

# **Adrian, *Stahlhelm*, Brodie: apontamentos sobre o advento da guerra moderna em alguns artefatos quase desconhecidos no acervo do Museu Histórico Nacional**

José Neves Bittencourt\*

Recebido em: 24/08/2022

Aprovado em: 02/01/2023

## **Resumo**

O Museu Histórico Nacional possui, em seu acervo, pequena série (6 unidades) de artefatos/documentos denominados “capacetes de combate”, que teriam sido recolhidos pelo primeiro diretor da instituição, Gustavo Barroso, em 1918. Esses artefatos não têm sua origem bem definida, pois não é conhecida a forma como Barroso os teria recolhido. Ainda assim, o exame desses itens permite levantar hipóteses sobre os artefatos em si, em função de aspectos técnicos e científicos neles envolvidos, bem como o exame telescópico de uma fase crucial da história da guerra, a história da guerra moderna. Também permite a construção e exame de algumas hipóteses sobre a modesta participação militar do Brasil na Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e na Conferência de Paz de Paris (1919), mais conhecida por Conferência de Paz de Versalhes.

## **Palavras-chave**

Primeira Guerra Mundial (1914-1918); Gustavo Dodt Barroso (1882-1959); Museu Histórico Nacional, acervo; Capacetes de combate; Missão Militar Francesa (1920-1940).

## **Abstract**

The Museu Histórico Nacional (National Historical Museum) has in its collections a small series (6 units) of artifacts/documents named “combat helmets”, which would have been collected by the first director of the Institution, Gustavo Barroso, in 1918. The origin of these artifacts is not well defined, since it is not known how Barroso would have collected them. Even so, the examination of these items allows to raise hypotheses on these artefacts, in terms of the technical and scientific aspects involved, as well as the telescopic examination of a crucial phase in the History of War, the History of Modern Warfare. It also allows the construction and examination of some questions about Brazil’s modest military participation in the First World War (1914-1918) and in the Paris Peace Conference (1919), better known as the Versailles Peace Conference.

## **Keywords**

World War I (1914-1918); Gustavo Dodt Barroso (1882-1959); Museu Histórico Nacional, collections; Combat helmets; French Military Mission (1920-1940).

---

\* Doutor em História Social (Universidade Federal Fluminense, 1997); pesquisador (quadro permanente) no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); professor de História Naval e Militar, Escola Naval/Marinha Brasileira (1983-1989). Devo ao professor doutor Adler Homero Fonseca de Castro, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a atenta leitura e importantes sugestões ao texto original. <https://orcid.org/0009-0001-7624-9051>.

## I

Em 18 de janeiro de 1919 foi aberta a Conferência de Paz de Paris, desde então conhecida como Conferência de Paris.<sup>1</sup> As hostilidades tinham sido interrompidas por um armistício assinado entre o Império Alemão (o *Reich*) e as potências aliadas em 11 de novembro do ano anterior, mas a guerra, como interrupção da política e da diplomacia entre as nações, ainda continuava. O evento em Paris reuniu 27 países nas dependências do Palácio de Versalhes, nos arredores da capital francesa. Assinado em 28 de junho de 1919 na Sala dos Espelhos, o Tratado de Versalhes, seu principal resultado, pôs fim à guerra que assolou a Europa e o mundo entre 1914 e 1918.

Para uma tal guerra, uma tal conferência: foram estas as proporções do evento sobre o qual o primeiro-ministro britânico David Lloyd George (1863-1945) teceu o seguinte comentário:

[Em 1815] tivemos, sozinhos, que resolver os assuntos da Europa. Levou onze meses. Mas os problemas no Congresso de Viena, por muito grandes que fossem, afundam-se na insignificância em comparação com os que tivemos de tentar resolver na Conferência de Paris. Não é um continente que está engajado – todos os continentes estão engajados.<sup>2</sup>

Os 27 países admitidos às discussões foram considerados pela organização da conferência, que coube aos grandes vitoriosos, como “beligerantes”, isto é, de alguma maneira participantes de operações militares. A Alemanha, ao fim da guerra transformada em uma república e mergulhada no caos, não foi convidada a participar: teve apenas o direito de assinar o que lhe foi apresentado. Os temas centrais foram decididos pelos chefes políticos das principais potências aliadas – França, Grã-Bretanha, EUA e Itália –, e o detalhamento foi estabelecido por seus ministros do Exterior, aos quais juntou-se o plenipotenciário japonês. Estas eram as potências de “interesses gerais”, com cinco delegados plenipotenciários cada uma.

---

<sup>1</sup> Para um resumo analítico da Conferência de Paris, cf.: REYNOLDS, David. *Cúpulas: encontros que moldaram o século XX*. Rio de Janeiro: Record, 2013, 529 p., p. 38-45; SHARP, Alan. “The Paris Peace Conference and its Consequences”. Version 1.1. In: DANIEL, Ute; GATRELL, Peter; JANZ, Oliver; JONES, Heather; KEENE, Jennifer; KRAMER, Alan; NASSON, Bill (ed.). *1914-1918-online. International Encyclopedia of the First World War*. Berlin: Freie Universität Berlin, 9 Jun. 2022, 12 p. Disponível em: [https://encyclopedia.1914-1918-online.net/pdf/1914-1918-Online-the\\_paris\\_peace\\_conference\\_and\\_its\\_consequences-2022-06-09-V1.1.pdf](https://encyclopedia.1914-1918-online.net/pdf/1914-1918-Online-the_paris_peace_conference_and_its_consequences-2022-06-09-V1.1.pdf). Acesso em: 5 Jun. 2022. Para a participação do Brasil na conferência, cf.: VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira. *O Brasil e a Primeira Guerra Mundial: a diplomacia brasileira e as grandes potências*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2015, 288 p., parte III, cap. 1-2.

<sup>2</sup> GEORGE, David Lloyd, *The Truth about the Peace Treaties*. London: 1938, p. 565, vol. 1, citado por SHARP, Alan. “The Paris Peace Conference...”. Op. cit., p. 1-12.

Dentre os “beligerantes” encontrava-se o Brasil. Mas a atuação do país no conflito foi considerada por Grã-Bretanha e França como insuficiente para o habilitar a participar ativamente da conferência. Classificado como de “interesses limitados”, o país não discutiu os termos de paz apresentados à Alemanha. Ainda assim, não foi pouco: tratou-se da única nação latino-americana admitida aos trabalhos, com três delegados presentes aos debates. Essa participação se equiparou à de países como a Bélgica e a Sérvia, integrantes de primeira hora nas hostilidades e fortemente afetados pelos combates.

A participação brasileira na guerra tinha sido, de fato, pífia. O país, na época da eclosão do conflito um produtor de matérias-primas e itens agrícolas, viu na neutralidade uma forma de não restringir ainda mais seu comércio com os mercados europeus. Entre 1914 e 1915, o conflito teve no país apenas reflexos econômicos: a exportação de produtos brasileiros fortemente restrita e notável escassez de produtos industrializados importados.<sup>3</sup> Em 1915 um navio mercante brasileiro foi atacado por um submarino alemão. A ação era resultado do bloqueio naval decretado pelos Aliados ao comércio de qualquer nação – fosse neutra ou beligerante – com a Alemanha.<sup>4</sup> Contra esse bloqueio, a Alemanha impôs um “contrabloqueio”, ou seja, lançou sua arma submarina contra navios mercantes que demandavam portos na França e Grã-Bretanha.<sup>5</sup> Apenas em abril de 1917, após o afundamento do mercante *Paraná* em águas europeias pelo submarino alemão U-32, com vítimas fatais, deu-se o rompimento de relações diplomáticas com as potências centrais. Ainda assim, o governo do Rio de Janeiro demorou a reconhecer o estado de guerra. A comoção provocada pelo sequestro, em 18 de outubro de 1917, do comandante Saturnino Furtado de Mendonça (1872-1917?) e de um tripulante após o afundamento, pelo submarino alemão U-93, do cargueiro *Macau* nas proximidades do Canal da Mancha<sup>6</sup> lançou o país no turbilhão do conflito mundial.

O estado *de guerra* não significava, entretanto, uma participação efetiva *na guerra*: além das dificuldades financeiras, o estado das forças armadas nacionais era discutível. O Exército

---

<sup>3</sup> Sobre as consequências da guerra na economia brasileira, cf.: VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira. *O Brasil e a Primeira Guerra Mundial...* Op. cit., p. 76-78.

<sup>4</sup> Para a participação militar do Brasil na Grande Guerra, cf. VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira. *O Brasil e a Primeira Guerra Mundial...* Op. cit., parte II, cap. 3; DARÓZ, Carlos. *O Brasil na Primeira Guerra Mundial: a longa travessia*. São Paulo: Contexto, 2016, 208 p., p. 75-107; 108-173.

<sup>5</sup> Para uma introdução ao bloqueio naval durante a Grande Guerra, cf.: KARAU, Mark D. “Submarines and Submarine Warfare”. In: *1914-1918-online. International Encyclopedia of the First World War*. Op. cit. Disponível em: [https://encyclopedia.1914-1918-online.net/article/submarines\\_and\\_submarine\\_warfare](https://encyclopedia.1914-1918-online.net/article/submarines_and_submarine_warfare). Acesso em: 6 Jun. 2022; IRELAND, Bernard. *War at Sea: 1914-45*. London: Cassel, 2002, 220 p., p. 66ss.

<sup>6</sup> Sobre o assunto, cf.: DARÓZ, Carlos. *O Brasil na Primeira Guerra Mundial...* Op. cit., p. 94-95. Um relato bastante completo pode ser conferido em: AMORIM, Etevaldo. “Comandante Saturnino, um alagoano na 1ª Guerra Mundial”. In: *História de Alagoas: Alagoas tem História*. 25 Fev. 2019. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/comandante-saturnino-um-alagoano-na-1a-guerra-mundial.html>. Acesso em: 5 Jun. 2022.

estava defasado em termos tecnológicos e doutrinários, e as aquisições de equipamento – dependentes do exterior – aconteciam de forma eventual. A Marinha, em 1910, havia recebido uma esquadra que poderia ser considerada dentre as mais modernas do mundo, mas estava, em 1917, em estado bastante discutível de aprestamento. Em última análise, pode-se dizer que o Brasil mal tinha condições de se defender, quanto mais de intervir em qualquer dos teatros de operações de guerra. Ainda assim, houve a participação de voluntários no teatro europeu: um grupo de aviadores navais operou junto à Real Força Aérea britânica e oficiais do Exército serviram nas fileiras francesas como comandantes de frações de tropa. Uma missão médica militar montou, em Paris, um hospital completo, lembrado ainda hoje por sua excelência. A Marinha destacou a Divisão Naval de Operações de Guerra (DNOG) para operar junto aos aliados. Essa unidade, composta por seis navios de guerra e dois navios auxiliares, teve sua maior batalha em Dacar, no Senegal, contra a gripe espanhola, que imobilizou os navios e matou um total de 157 tripulantes, entre os 1.531 oficiais e praças de suas guarnições.<sup>7</sup> A divisão naval brasileira alcançou o teatro de operações europeu no dia anterior ao armistício.

A delegação brasileira às conversações de paz, após alguma controvérsia, teve o então senador Epiácio Pessoa (1865-1942) indicado para a chefia, o que incluía apresentar as demandas do país às reuniões plenárias. Os delegados plenipotenciários,<sup>8</sup> que deveriam apresentar a causa brasileira, eram competentes em suas áreas e experientes no trato com governos estrangeiros: o ex-ministro da Agricultura engenheiro Pandiá Calógeras (1870-1934); o ex-ministro das Relações Exteriores Olinto Magalhães (1866-1948) e o deputado federal Raul Fernandes (1867-1948). Junto dos delegados, que falariam pelo país, seguiriam 22 membros, 4 deles técnicos em função de assessoria aos plenipotenciários e 15 funcionários. Um desses, ex-deputado federal pelo Ceará, ocupava a função de subsecretário: Gustavo Adolfo Luiz Guilherme Dodt da Cunha Barroso (1888-1959).

## II

---

<sup>7</sup> Cf. ALONSO, Wladimir J.; SCHUCK-PAIM, Cynthia; SHANKS, G. Dennis; ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. “A alta mortalidade da pandemia espanhola na divisão naval em operações de guerra em 1918”. *Navigator: Subsídios para a História Naval Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 9, nº 17, 2013, p. 11-21.

<sup>8</sup> Cf. BILIBIO, Rogerio Augusto. “A negociação de paz em Versalhes (1919): a participação brasileira motivada pelo café”. *Unoesc & Ciência – ACHS*, Joaçaba, v. 10, nº 2, p. 87-100, Jul./Dez. 2019, p. 96; FAGUNDES, Luciana. “Participação brasileira na conferência de paz de Versalhes”. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/PARTICIPA%C3%87%C3%83O%20BRASIL%20NA%20CONFER%C3%8ANCIA%20DA%20PAZ%20DE%20VERSALHES.pdf>. Acesso em: 5 Jun. 2022.

Barroso secretariava o chefe da delegação, de quem era amigo pessoal.<sup>9</sup> Quanto aos plenipotenciários, sua principal tarefa era reclamar o pagamento devido pelos alemães por cargas de café saídas do Brasil para a Alemanha ou apreendidas em portos europeus ocupados. A quantia estava depositada em um banco de Berlim desde o início das hostilidades, e não pudera ser sacada pelo credor. A outra questão de interesse era a solicitação de apropriação de navios alemães internados em portos brasileiros durante o conflito.<sup>10</sup>

Não foi possível levantar o que, exatamente, fazia o jovem subsecretário de Pessoa. Na oportunidade do evento, Barroso tinha 31 anos e o bacharelado em Direito. Era também jornalista, literato, professor do ensino médio, historiador e folclorista. Tinha publicado sete livros. Entretanto, nos mais de oito meses que permaneceu na Europa, não deve ter feito nada lá muito importante: uma historiadora profissional que examinou a carreira do jovem polímata não chegou a gastar com o assunto uma linha de sua pesquisa.<sup>11</sup> Importante mesmo devia ser a amizade de Pessoa, já que, após o final da conferência, percorreram juntos os campos de batalha da guerra recém-encerrada.

Desde 1911 os temas militares pontilhavam a obra de Barroso, ao ponto de, segundo o próprio, “pelo Jornal do Comércio, (...) lancei a ideia da fundação de um museu histórico de caráter militar”.<sup>12</sup> Não é, então, estranho que tenha se proposto a visitar, além de inúmeros museus, alguns dos campos de batalha da conflagração. Barroso teria juntado relíquias das hostilidades: alguns capacetes militares que, mais tarde, como diretor do recém-fundado museu de história do Brasil, entregou à instituição. Esses objetos são citados em um catálogo da grande coleção de armaria que o Museu Histórico Nacional herdou de outras instituições, entre as quais o Museu Militar, que funcionou durante algum tempo no antigo Arsenal de Guerra da Corte – prédio que, a partir de 1922, albergaria o Museu Histórico. Segundo o documento,<sup>13</sup> seriam dois *Stahlhelme* e três Adrian – hoje integram os poucos itens do acervo institucional diretamente ligados à Primeira Guerra Mundial. Por sua vez, o Brodie, citado no título, embora, como veremos, surgido naquela guerra, teve origem em outros campos de batalha.

---

<sup>9</sup> Cf. MAGALHÃES, Aline Montenegro. *Troféus de uma guerra perdida: um estudo histórico sobre a escrita de si de Gustavo Barroso*. Tese de doutorado em História. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009, p. 80; 82.

<sup>10</sup> Cf. VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira. *O Brasil e a Primeira Guerra Mundial...* Op. cit., parte III, cap. 2.

<sup>11</sup> Cf. MAGALHÃES, Aline Montenegro. *Troféus de uma guerra perdida...* Op. cit. Essa pesquisa esmiúça não apenas a enorme obra de Barroso, com bem mais de cem títulos, como também vários outros objetos arquivísticos e bibliográficos relativos ao diretor do Museu Histórico Nacional. O termo “Versalhes” surge sete vezes no texto; em apenas duas (p. 54 e 82) há referência objetiva à conferência, sem citar as tarefas desempenhadas pelo subsecretário junto à coordenação.

<sup>12</sup> BARROSO, Gustavo. *História Militar do Brasil*. 1ª reimpr. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2019, 265 p., p. 11. 1ª ed. 1935.

<sup>13</sup> Brasil, Museu Histórico Nacional. Catálogo da Coleção de Armaria. 1930 (?), ms.

Para Barroso, certamente os artefatos recolhidos tinham caráter de relíquia, ou seja, “um objeto que se crê que tenha estado em contato com um deus ou um herói, ou que seja tomado como vestígio de qualquer grande acontecimento do passado mítico, ou simplesmente longínquo”.<sup>14</sup> Claro que a Grande Guerra, ou Primeira Guerra Mundial (como passou a ser citada nos anos 1930<sup>15</sup>), não era, então, assim tão longínqua – abriu-se em 1914 e tinha sido terminada pelo armistício de 11 de novembro de 1918, ou seja, não fazia ainda um ano, na época do *tour* de Barroso. Não faço ideia se o jovem intelectual teria alguma noção do que de fato significara o conflito, do ponto de vista da história da guerra, das técnicas ou das relações internacionais, mas é certo que se deixasse fascinar por aqueles artefatos por ver neles objetos legados pela guerra recém-encerrada. E a esta se soma outra hipótese: alguns oficiais brasileiros desembarcaram na Europa no final do ano de 1917, compondo a Comissão de Estudos de Operações e Aquisição de Material na França. Conhecida como Missão Aché, em função de seu chefe, general de divisão Napoleão Felipe Aché (1862-1946), permaneceu na França até 1920. Quase todos os oficiais que a compunham cursaram escolas de combate francesas, dado o objetivo buscado: atualizar o Exército Brasileiro quanto à tática e novas armas. Ao fim de seus cursos, receberam permissão para entrar em combate.<sup>16</sup> O subchefe da comissão, tenente-coronel José Fernandes Leite de Castro (1871-1950), serviu em uma unidade de artilharia. Especialmente interessante foi a experiência do primeiro-tenente (depois marechal) de cavalaria José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque (1885-1959). Entre meados de 1918 e o fim das hostilidades, Pessoa comandou um pelotão de uma unidade a cavalo, na contraofensiva aliada na Bélgica. Conheceu, então, os “*tanks*” ligeiros Renault FT – armamento ultramoderno do qual, de volta ao Brasil, tornou-se propagandista no Exército. Sua tropa era composta por conscritos sírios do exército colonial. É perfeitamente plausível que os membros da Missão Aché se encontrassem com a delegação chefiada por Pessoa – tio do tenente. Assim, os capacetes recolhidos por Barroso podem ter pertencido, no mínimo, a elementos comandados pelos oficiais brasileiros, senão aos próprios. Aponta nessa direção o fato de que um dos Adrian, hoje no acervo do MHN, seja equipamento utilizado por tropas francesas do norte da África – entre as quais Pessoa comandou um pelotão.

---

<sup>14</sup> Cf. POMIAN, K. “Coleção”. In: ROMANO, Rugiero (Org.). *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Casa da Moeda/Imprensa Nacional, 1983, 460 p., p. 59. Vol. 1 – Memória/história.

<sup>15</sup> BRAIBON, G. (ed.). *Evidence, History and the Great War: Historians and the impact of 1914-18*. New York: Bergham Books, 2003, 256 p., p. 8.

<sup>16</sup> Cf. SCHONS, Décio Luís. (General de Exército). “Prefácio”. In: ALBUQUERQUE, José Pessoa Cavalcanti de. *Os tanques na Guerra Europeia: 1914-1918*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. ESG, 2018, 220 p. 1ª ed. 1921; BENTO, Cláudio Moreira. *O Exército e a Marinha na 1ª Guerra Mundial (1914-18)*. Disponível em: <http://www.ahimtb.org.br/ahimtb/EBMB1GM.htm>. Acesso: 6 Jun 2022.

E tais artefatos podem ter atraído o interesse de Barroso por apontar um detalhe da história que o jovem erudito, autoproclamado especialista em uniformes militares, certamente sabia: aquela tinha sido a guerra de estreia desse equipamento. E certamente os voluntários brasileiros foram os primeiros soldados do país a usá-los.



Figura 1. Capacete Modèle 1915 (M15). Vista frontal. Notar a estampa frontal indicando ter pertencido a elemento da arma de Artilharia. Foto: Juarez Guerra/MHN, 2022. Acervo Museu Histórico Nacional.

A Primeira Guerra Mundial foi a primeira guerra total<sup>17</sup> da história. Segundo um autor, ela

envolveu *todas* as grandes potências, e na verdade todos os Estados europeus, com exceção da Espanha, os Países Baixos, os três países da Escandinávia e a Suíça. E mais: tropas do ultramar foram, muitas vezes pela primeira vez, enviadas para lutar e operar fora de suas regiões.<sup>18</sup>

Conforme evoluíam, as hostilidades mobilizaram não apenas os recursos militares disponíveis nos países envolvidos, mas também os econômicos e morais. Nesse conflito, precedido por enorme corrida armamentista, o então recém-constituído Império Alemão buscou resolver questões políticas, territoriais e econômicas em face à França, Grã-Bretanha e Rússia. Alemanha, França e Grã-Bretanha eram três das quatro nações mais industrializadas do planeta (a quarta eram os EUA), e os dois últimos empalmavam enormes impérios coloniais. Politicamente, os contendores se organizaram em dois blocos de nações: a Tríplice Aliança e a Tríplice Entente. A primeira era chamada, pela imprensa e pelos formadores de opinião, de Potências Centrais; a segunda, de Aliados. O primeiro bloco, liderado pela Alemanha, unia Áustria-Hungria e Itália (que, em 1915, se moveu para o lado adversário); a Turquia – na época Império Otomano – uniu-se à Aliança em 2 de agosto de 1914; em 1915, o bloco teve a adesão da Bulgária. No lado oposto, a Entente Cordiale – tratado que, em 1904, reconciliou os tradicionais rivais Reino Unido e França –, com a adesão da Rússia em 1907, tornou-se Tríplice Entente. A esta se juntaram, em 1917, os EUA, o Brasil e diversas outras nações. Os dois blocos lutaram, entre agosto de 1914 e novembro de 1918, em diversas frentes estratégicas: Ocidental, Oriental, Italiana, Balcânica e do Levante (Oriente Médio, Mesopotâmia e Turquia). Na chamada Frente Ocidental, cuja extensão cobria toda a fronteira franco-alemã desde a Suíça, atravessava o território belga e chegava ao Canal da Mancha, foram cavadas, depois de setembro de 1914, pelos adversários, longas linhas de valas – as “trincheiras” – posicionadas a distâncias médias de 600 metros umas das outras, dentro das quais os soldados se abrigavam e

---

<sup>17</sup> Sobre a noção de “guerra total”, cf.: HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, 632 p., p. 30-39; SEGESSER, Daniel Marc. “Controversy: Total War”. In: *1914-1918-online. International Encyclopedia of the First World War*. Op. cit. Disponível em: [https://encyclopedia.1914-1918-online.net/article/controversy\\_total\\_war](https://encyclopedia.1914-1918-online.net/article/controversy_total_war). Acesso em: 8 Jun. 2022; HOWARD, Michael. *The war in the European History*. London: Oxford University Press, 1976, 180 p, cap. 6-7.

<sup>18</sup> HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos...* Op. cit., p. 31. Grifo do autor.

atrás das quais foram posicionadas milhares de peças de artilharia de todos os tipos e tamanhos.<sup>19</sup>



Figura 2. *Poilus* (infantes franceses) equipados com capacetes Adrian, 1916. Acervo National Army Museum (Londres, R.U.). Notação: NAM. 2007-03-7-3. Foto: Autor desconhecido (domínio público).

O terrível canhoneio promovido por ambos os lados era devastador, mas não decisivo. Após o terror inicial, os soldados, imobilizados nas trincheiras, adquiriram experiência e aprenderam que, se mantivessem a cabeça baixa e os nervos no lugar, havia uma boa chance de saírem ilesos. Ainda assim, os mortos e feridos eram em números nunca antes vistos e influenciavam fortemente o moral dos sobreviventes.

Um detalhe curioso: os franceses, no início da guerra, se apresentaram para combate uniformizados ao estilo dos Oitocentos: calças vermelho-escarlata e uma túnica azul-ferrete, peças bem visíveis contra qualquer fundo de cores acinzentadas, como bosques ou colinas.<sup>20</sup> Desses uniformes era parte o *kepi*, uma espécie de boné semirrígido adotado pelos franceses depois de 1830, em cores que iam do vermelho-escarlata ao azul. O *kepi*, com variações, foi

---

<sup>19</sup> Para uma introdução à guerra de trincheiras, cf.: SONDHANUS, Lawrence. *A Primeira Guerra Mundial: história completa*. São Paulo: Contexto, 2013, 560 p., p. 88-100; SAUNDERS, Anthony. *Trench Warfare: 1850-1950*. Bramsley (R.U.): Penn&Sword, 2010, 318 p., cap. 3.

<sup>20</sup> Sobre os uniformes franceses, cf.: GLOVER, Michael. *Warfare...* Op. cit., p. 163-164.

usado por diversos exércitos, ao longo do século 19, inclusive o brasileiro. O exército alemão tinha recebido, a partir de 1907, uniformes feitos em tecidos de mescla de lã, com túnicas e calças da mesma cor, um tom de cinza claro levemente esverdeado denominado *feldgrau* (algo como “cinza de campanha”). Era um grande avanço, visto que tal tom de cor confundia a silhueta do combatente, notadamente os infantess, com a paisagem ao redor.<sup>21</sup> Mas na cabeça as tropas do *Reich*, em 1914, ainda eram obrigadas a usar uma peça de couro quimicamente endurecido e laqueado, distribuída desde 1842 entre as tropas do Real Exército Prussiano: o *pickelhaube* (“chapéu pontudo”, numa tradução livre), assim chamado por causa da longa ponta feita de latão que o encimava.<sup>22</sup>

O problema é que essas “coberturas” (termo militar para os acessórios de vestimenta usados na cabeça) eram inócuas. Logo os médicos militares constataram que a maioria dos ferimentos, letais ou não, atingiam a cabeça dos injuriados. A questão era que o *kepi* francês e o *pickelhaube* prussiano/alemão eram produtos de uma época em que os exércitos ainda estavam armados com espadas e lanças. Na modernidade, tais artefatos não forneciam proteção alguma a quem os usava.

Proteção contra o quê? Não propriamente contra projéteis disparados por armas de infantaria ou metralhadoras. A potência das pólvoras químicas e o desenho cilindro ogival (“ponteados”), introduzidos desde os meados do século 19 pelas principais potências, tornava, a curta distância, qualquer proteção inútil: fora-se o tempo em que era necessário olhar nos olhos do adversário antes de matá-lo. Os exércitos se iam dotando, em quantidades oceânicas, de armas cada vez mais precisas e letais. Conforme destaca um especialista,

a nova tecnologia encontrou sua porta de entrada em exércitos que não faziam a menor ideia das capacidades de armas tecnologicamente tão avançadas. Essa situação foi piorada pela aceleração das mudanças durante a segunda metade dos Oitocentos. Até então, a obsolescência tinha sido medida em metades de séculos; por volta de 1880, estava sendo medida em metades de décadas.<sup>23</sup>

A Grande Guerra foi a guerra das armas de alta letalidade e, principalmente, da artilharia. Os projéteis de canhão, cheios de explosivos químicos (munição chamada “granada”<sup>24</sup>),

---

<sup>21</sup> Esses padrões de cor são chamados “disruptivos”. Visam fazer com que as áreas de sombra no corpo do combatente, parado ou em movimento, sejam menos perceptíveis. O termo “camuflagem” para padrões estampados em uniformes militares é incorreto, já que não visam esconder o combatente, mas em situações de combate diminuir sua visibilidade.

<sup>22</sup> Para o “chapéu pontudo” prussiano, cf.: REILEY, Ralph. “The German Pickelhaube, 1914-1916”. *Worldwar1.com*. Disponível em: <http://www.worldwar1.com/sfgph.htm>. Acesso em: 5 Jun. 2022.

<sup>23</sup> SAUDERS, Anthony. *Trench Warfare...* Op. cit., p. 26.

<sup>24</sup> “Granada” (em inglês, *shell*) é um tipo de projétil de artilharia que transporta uma carga “ofensiva” (de ataque), de material químico, que pode ser explosivo, incendiário ou gerador de gás, ou um produto “não letal”, iluminativo

detonavam no solo ou eram regulados para o fazer pouco acima dele. Em ambas as situações, a carapaça metálica se fragmentava e lançava em todas as direções pedaços de metal de variados tamanhos e formas, em baixa velocidade e trajetórias irregulares – os “estilhaços”. Muitas das granadas eram “antipessoal” (contra tropas), lançavam balins, ditos “shrapnel”.<sup>25</sup> Com estas e muitas outras inovações militares surgidas a partir da segunda revolução industrial, conviviam uniformes e equipamentos da época de Napoleão III e de Guilherme I – os anos 1870, e uma tradição até anterior, da época das espadas, lanças, peitorais e elmos brilhantes, altamente rebuscados e notoriamente inúteis.

Foi a preocupação com estilhaços e shrapnel que fez surgir, logo ao início da guerra, um novo item de equipamento: o “capacete de combate”. Capacetes sempre existiram, desde a Antiguidade, mas seu objetivo era, tanto quanto couraças e escudos, proteger o combatente da energia mobilizada através da fisiologia do corpo humano, aplicada através de uma ferramenta, a arma. Era um processo totalmente mecânico. Conforme surgiu e se desenvolveu a arma de fogo, entre os séculos 14 e 17, a energia aplicada contra o adversário passou a ser mobilizada em quantidade exponencial através de um processo físico-químico acionado mecanicamente pelo operador, no qual este não intervinha diretamente. Conforme eram desvelados os processos da natureza, naturalistas e artífices em gabinetes e, depois, cientistas e engenheiros em laboratórios industriais os emulavam em produtos cada vez mais eficientes. Boa parte destes eram armas ou materiais relacionados a elas: explosivos mais potentes, munição mais letal e armamento mais eficiente. Diante da potência de que eram capazes, a proteção individual mostrou-se quimérica.

Ainda assim, algumas experiências foram feitas, desde o final do século 19. O problema observado em todos os casos foi que nenhum artifício se mostrou capaz de impedir a penetração da munição de alta velocidade e trajetória tensa, adotada nas novas armas de infantaria. Os britânicos experimentaram certos tipos de proteção para o tronco e para a cabeça pouco antes e durante a Segunda Guerra dos Bôeres (1899-1902), mas estes não compensavam o estorvo que impunham aos soldados. Durante a Guerra Russo-Japonesa (1904-1905), novas tentativas foram feitas, tanto por um lado quanto pelo outro.<sup>26</sup> Os alemães chegaram a experimentar

---

ou gerador de fumaça. Em meados do século 19, a granada de artilharia assumiu o formato definitivo, chamado “cilindro conoidal”, destinado a implementar seu desempenho balístico.

<sup>25</sup> Esse tipo de munição, descontinuada depois da Grande Guerra, foi nomeada em homenagem ao tenente-general Henry Shrapnel (1761-1842), oficial britânico que, no início da carreira, aperfeiçoou o “estojo esférico de munição”. Tratava-se de um projétil de formato esférico, carregado com esferas de chumbo que, no final da trajetória, eram disparadas por uma carga de explosivo detonada por um fusão de tempo. Em 1852 passou a ser denominada “granada shrapnel”.

<sup>26</sup> SAUDERS, Anthony. *Trench Warfare...* Op. cit., p. 42.

“escudos móveis” para pequenos grupos de infantes, que foram abandonados logo ao início da Grande Guerra. Não se tem conhecimento de outras experiências até o advento do capacete.

Este não surgiu ao mesmo tempo entre os principais oponentes. Quando surgia, tinha características semelhantes: a parte destinada a proteger a cabeça era sempre feita em aço carbono laminado<sup>27</sup> de pequena espessura, chamada “casco”. No interior deste, fixada por rebites, está a “carneira”, sistema ajustável feito em couro e tecido, que permite a adaptação do capacete à cabeça do usuário; a “jugular”, alça de couro regulável presa ao casco por pinos, mantém o conjunto preso na cabeça. Todos os capacetes também possuem um meio qualquer de prover alguma ventilação ao couro cabeludo – furos ou rebites perfurados. Independentemente do modelo, eram todos pesados, canhestros e desconfortáveis.

#### IV

Por volta de setembro de 1914, circulou o boato de que soldados franceses estariam usando, na cabeça, painéis e sopeiras de metal. Essa história deve ter surgido da confusão provocada em observadores da imprensa pelo surgimento de uma carapaça de metal a ser usada debaixo do *kepi*. Essa peça, denominada *callote metallique*, foi adotada devido ao amplo uso de shrapnel e projéteis de artilharia que explodiam no ar.<sup>28</sup>

A *callote*, apelidada pelos soldados de “tigela de sopa”, era pouco eficaz, de modo que as instâncias superiores do Exército começaram imediatamente a discutir a necessidade de algo mais efetivo. Em 1915 o intendente-geral do Exército, general de divisão August Louis Adrian (1859-1933), anteviu a solução: o desenho do engenheiro Louis Kuhn (1886?-1957), chefe da oficina de estamparia da empresa parisiense Japy Frères.<sup>29</sup> Este teve por base o *bourguignotte* (“borgonhesa”), capacete destinado a tropas a pé, criado provavelmente na segunda metade do século 14 e usado até o século 17, com certas alterações. Neste, a característica crista, instalada

---

<sup>27</sup> Aço de liga mais simples (ferro e carbono), chamada “de baixo carbono” ou “aço carbono”, na qual, no alto-forno, o ferro fundido se transforma em aço, processo chamado “conversão”, que elimina o excesso de carbono. O “refinamento” do ferro fundido e adição de elementos de liga produz um material resistente, leve e altamente maleável. A maleabilidade, dureza, resistência ao rompimento, à corrosão e à oxidação foram sendo implementadas conforme eram acrescentadas porções de outros minerais à liga: fósforo, enxofre, silício, níquel, cromo, magnésio, dentre outros. Esses melhoramentos foram sendo descobertos ao longo dos últimos duzentos anos. (Com base em: CEFET-SP. *Informações gerais sobre aços*. São Paulo: CEFET/SP/Área Industrial, 2001. Disponível em: [http://joinville.ifsc.edu.br/~paulosergio/Ciencia\\_dos\\_Materiais/Classifica%C3%A7%C3%A3o%20dos%20a%C3%A7os.pdf](http://joinville.ifsc.edu.br/~paulosergio/Ciencia_dos_Materiais/Classifica%C3%A7%C3%A3o%20dos%20a%C3%A7os.pdf). Acesso: 10 Jun. 2022.

<sup>28</sup> Cf. SUMNER, Ian. *French Poilu: 1914-1918*. Osprey Publishing, 2009, 64 p., p. 18; WATANABE, Nathan. “Steel Helmet”. In: *1914-1918-online. International Encyclopedia of the First World War*. Op. cit., p. 2; 4. Disponível em: [https://encyclopedia.1914-1918-online.net/pdf/1914-1918-Online-steel\\_helmet-2016-0401.pdf](https://encyclopedia.1914-1918-online.net/pdf/1914-1918-Online-steel_helmet-2016-0401.pdf). Acesso em: 9 Jun. 2022.

<sup>29</sup> Cf. BRUYELLE, Frédéric et al. *Les casques de l’armée française: 1915-1945*. Villette-de-Vienne (FRA): Editions E.S.P., 1997, 144 p., p. 35-36.

no alto do casco, devia deter golpes de espadas e outras armas de lâmina ou contundentes. No desenho de Kuhn, isolava a fenda de ventilação. Levou por volta de três meses para o projeto ir da prancheta à linha de produção. O produto final foi aprovado pelo comando do Exército em fevereiro de 1915, com a designação militar de “Casque du Modèle 15”<sup>30</sup> ou “M15”. O M15 começou a ser distribuído em quantidade a partir de setembro de 1915, mas tanto a intendência militar quanto a imprensa passaram a se referir a ele como “*casque* Adrian”.

O Adrian não foi concebido para deter um projétil de fuzil, mas a placa que lhe dava origem, com cerca de 0,7 milímetro de espessura, era eficaz contra estilhaços e shrapnel; se diz que até poderia parar um projétil de arma curta (pistola ou revólver – dificilmente usados em combate) do calibre .38, à distância de uns 300 metros. Dotado no casco de pala (destinada a proteger os olhos) e cobre-nuca (destinada a proteger a parte detrás da cabeça), com o tempo recebeu diversos acessórios para proteção do rosto e das laterais da cabeça, todos marcadamente ineficazes e, sobretudo, desconfortáveis.<sup>31</sup>

O Adrian era constituído de quatro peças: casco, com uma fenda no topo para ventilação, crista destinada a proteger a fenda, carneira e jugular. Pronto, pesava de 670 a 750 gramas. Era complexo, pois as peças de metal, produzidas separadamente, eram montadas e fixadas por rebites.<sup>32</sup> Na parte frontal havia uma imagem que indicava a arma do usuário (infantaria, artilharia, engenharia, tropas coloniais, tropas da África) e as letras “RF”, de *République Française*. O acabamento era em pintura esmaltada, nas cores azul celeste (*horizon-bleu*) ou marrom amarelado (*moutarde*). A carneira era em couro, complementada por corda de algodão, e fixada ao casco por presilhas. Em teoria, permitia ajustes em qualquer formato de cabeça, mas era considerada particularmente incômoda. A jugular era feita de uma tira de couro, ajustada por fivela de metal deslizante.

---

<sup>30</sup> Ibid., p. 35.

<sup>31</sup> Ibid., p. 41-42.

<sup>32</sup> Para um excelente estudo fotográfico dos principais capacetes usados durante a Grande Guerra, cf.: HASELGROVE, Michael J. et al. *Helmets of the First World War: German, Britains and their allies*. Atglen (USA): [s.n.], 1999?, 290 p. Para os capacetes franceses, ver p. 220-242.



Figura 3. *Poilus* (infantes franceses) numa trincheira (circa 1916). Notar os detalhes laterais do Capacete M15. Acervo National Army Museum/Study collection (Londres, R.U.). Notação: NAM. 2000-12-304-60. Foto: Autor desconhecido (domínio público).

Com o tempo, o acabamento dos Adrian mostrou-se um problema, pois era muito brilhante à luz do sol. Em meados de 1916, o Exército francês passou a distribuir, especialmente para a infantaria, uma capa de tecido que devia eliminar o reflexo.<sup>33</sup> Aí surgiu outro problema: quando o capacete era rompido, fragmentos do tecido da capa alojavam-se no ferimento. O comando do Exército tomou, então, uma decisão paradoxal: continuou a distribuir a cobertura de tecido mas desaconselhou seu uso.

Calcula-se que tenham sido produzidos por volta de sete milhões de Adrians entre 1915 e 1918. Belgas, sérvios, italianos e russos também o adotaram como equipamento padrão, e passaram a produzir o artefato em indústrias locais. Finda a guerra, o comando do Exército francês permitiu aos combatentes desmobilizados conservar os seus.<sup>34</sup>

<sup>33</sup> Cf. BRUYELLE, Frédéric et al. *Les casques de l'armée française...* Op. cit., p. 43; HASELGROVE, Michael J. et al. *Helmets of the First World War...* Op. cit., p. 234-235.

<sup>34</sup> Cf. HASELGROVE, Michael J. et al. *Helmets of the First World War...* Op. cit., p. 234-235.

Do lado alemão, a necessidade do acessório foi proposta em 1915, quando já estava comprovado que o *pickelhaube* era inútil como proteção e de difícil fatura. Até 1915, se observaram iniciativas pontuais de prover os combatentes com uma proteção de cabeça adequada. Aquela que mais se destacou foi distribuída entre os efetivos do Destacamento Gaede, tropa empenhada na Frente Ocidental, na região montanhosa de Vosges, comandada pelo general de infantaria Hans Emil Gaede (1852-1916). Semelhante à *callote* francesa, era ainda mais canhestra, visto ser feita de aço carbono e pesar mais de dois quilos. Mesmo complementada por peças de tecido e couro, era muito desconfortável. A ideia foi de um tenente-coronel de nome Hesse, do estado-maior do Destacamento Gaede e foi executada em uma oficina de artilharia na região onde a unidade estava estacionada.<sup>35</sup>

Quase na mesma época, o professor doutor August Bier (1861-1949), cirurgião-geral da Marinha e consultor médico do 18º Corpo de Exército, estacionado na Bélgica, teria notado que 80% dos traumas cranianos em combate eram causados por estilhaços de granadas. Durante uma reunião com o engenheiro mecânico doutor Friederich Magnus Schwerd (1872-1953), capitão da *Landwehr* (reserva militar), professor no Instituto Tecnológico de Hanover, este levantou a possibilidade de um artefato forte o suficiente para proteger o crânio dos soldados de linha de estilhaços de granadas. Bier repassou a ideia ao chefe do Serviço Médico do 2º Exército, e este a fez chegar ao general Erich von Falkenhayn (1861-1922), chefe do *Generalstab* (estado-maior geral), que ordenou a pesquisa em torno do tema.<sup>36</sup> O capitão Schwerd coordenou os trabalhos, junto à Seção de Vestuário do Exército, órgão em Berlim, encarregado dos uniformes militares do *Reich*.

Foram apresentadas algumas propostas de desenho apoiadas em pesquisas do Instituto Tecnológico de Hanover, em parte baseadas em levantamentos históricos. A proposta final foi um desenho baseado na *celada* (em alemão, *schaller*; inglês, *sallet*), proteção de cabeça muito usada por infantes entre os séculos 15 e 17 na Europa Ocidental e Central e nas Américas espanhola e portuguesa.<sup>37</sup> Aquela foi considerada muito adequada por prover boa proteção também à testa e ao pescoço do combatente.

---

<sup>35</sup> Cf. BAER, Ludwig. *The History of the German Steel Helmet : 1916-1945*. San Jose (USA): R. James Bender Publish, [s.d.], 448 p., p. 7-8; TUBBS, Floyd R. et al. *Stahlhelm: Evolution of the German Steel Helmet*. Kent (USA): The Kent State University Press, 2006?, 120 p., p. 10. Para uma pesquisa de imagens, cf.: *Imperial War Museum*. “Uniforms and insignia: Helmet prototype” (“Gaede Helmet”). Disponível em: <https://www.iwm.org.uk/collections/item/object/30100057>. Acesso em: 9 Jun. 2022.

<sup>36</sup> Cf. REIS Jr., Almiro dos. “Homenagem a August Karl Gustav Bier por ocasião dos 100 anos da Anestesia Regional Intravenosa e dos 110 anos da Raquianestesia”. *Revista Brasileira de Anestesiologia*, v. 58, nº 4, Ago. 2008, p. 409-424; BAER, Ludwig. *The History of the German Steel Helmet...* Op. cit., p. 8-11.

<sup>37</sup> Cf. BAER, Ludwig. *The History of the German Steel Helmet...* Op. cit., p. 17.

Depois de algum debate, decidiu-se que o material para o novo acessório seria uma liga de aço-níquel-manganês (“aço-níquel”). A chapa desse material teria cerca de 1,25 milímetros de espessura e deveria parar um balim de shrapnel em trajetória tensa a 270 m/s, ou um estilhaço de granada do tamanho aproximado de uma ervilha em velocidade pouco menor.<sup>38</sup> Após testes realizados no final do ano de 1915, a espessura da chapa acabou sendo estabelecida em 1 milímetro, o que fazia o peso alcançar 1 quilo.



Figura 4. *Stahlhelm* M1916. Vista lateral. Observar os orifícios onde estariam os rebites perfurados de ventilação. Acervo Museu Histórico Nacional. Foto: Juarez Guerra/MHN, 2022.

---

<sup>38</sup> *Ibid.*, p. 13.



Figura 5. *Stahlhelm* M1916. Vista frontal. Observar os rebites perfurados e os rebites de fixação da carneira. Acervo National Army Museum (Londres, R.U.). Notação: NAM. 2006-03-50-1. Foto: National Army Museum.

O artefato encaminhado à Seção de Vestuário do Exército para ser contratada a fabricação era citado nos relatórios como “*stahlschutzhelm*” (capacete protetivo de aço), nome logo contraído para “*Stahlhelm*”, e recebeu a notação militar “M1916”. Também era constituído por casco, de formato cilíndrico e ligeiramente abaulado no topo, incluindo pala e guarda-nuca; pela carneira, ajustável, em couro e tecido, fixada ao casco por rebites; pela jugular, em couro, regulável por fivela deslizante, presa ao interior ao casco por pinos, sistema já usado no *pickelhaube*. Nas laterais anteriores do casco havia rebites perfurados para ventilar o couro cabeludo do usuário, pouco eficientes. O acabamento era, em geral, em *feldgrau*, também surgia em preto, em padrões disruptivos e em *hechtgrau* (“cinza lanceiro”, um cinza azulado), destinado ao Exército Real e Imperial (*Königs und Kaiserliche Heer*, em geral abreviado “K.u.K”) da Áustria-Hungria.<sup>39</sup>

---

<sup>39</sup> Sobre o *stahlhelm*, os detalhes foram conferidos de: BAER, Ludwig. *The History of the German Steel Helmet...* Op. cit.; TUBBS, Floyd R. et al. *Stahlhelm...* Op. cit. Para um estudo fotográfico do artefato, cf.: HASELGROVE, Michael J. et al. *Helmets of the First World War...* Op. cit., p. 28-140.



Figura 6. Prisioneiro de guerra alemão capturado durante a batalha da Crista de Menin (20 de setembro de 1917). Vista frontal. Observar a jugular em posição de uso. Acervo National Army Museum (Londres, R.U.). Notação: NAM. 1999-11-70-33. Foto: Primeiro-tenente Ernest Brooks, Exército Britânico (domínio público).

O *Stahlhelm* foi de início distribuído em pequenos números aos soldados de linha de frente a partir de janeiro de 1916. A primeira unidade a receber o equipamento para avaliação encontrava-se em ação na Frente de Verdun.<sup>40</sup> O *Generalstab* levou algum tempo para chegar a uma conclusão sobre a pertinência do novo equipamento, e somente em meados daquele ano a distribuição alcançou grandes números. Durante a batalha do Somme, no segundo semestre, cerca de dois terços do exército em campanha na Frente Ocidental já estava equipado com *Stahlhelme*. O novo equipamento foi mais um entre os não poucos incômodos que os *frontsoldaten* eram obrigados a suportar. Estes, por ironia, logo lhe deram o apelido de “*kohleneimer*” (“balde de carvão”), dada a semelhança vista entre os dois artefatos.

E o capacete em si tinha, desde o início, uma falha que seria de todos os modelos, independente da nacionalidade: a chapa de aço de que era feito via de regra era penetrada por impacto direto de um tiro de fuzil. Assim, foi disponibilizada para ser usada sobre a porção frontal do *Stahlhelm* uma placa de aço de 5 milímetros de espessura, cujo peso atingia os dois quilos, objeto foi denominado “*stirnpanzer*” (“couraça de testa”). Entretanto a falta de material, bem mais que a bizarrice da ideia, acabou por limitar a produção dessas placas a algo em torno de 80 a 90 mil peças. O níquel, a partir de 1917 muito escasso, tinha aplicações mais prementes que pendurar uma peça de dois quilos em outra de um quilo. Assim, apenas sentinelas em portos

---

<sup>40</sup> Ibid., p. 25.

de observação e certas unidades de linha de frente, como equipes de metralhadora – em geral alvos de intensa fuzilaria –, chegaram a receber o *stirnpanzer*. Se os usaram para além de posar para fotografias, é outra questão.

Em 1918, ao final das hostilidades, se estima que uns 8,5 milhões de *Stahlhelme* tenham sido fabricados na Alemanha e Áustria-Hungria, que também adotou a proteção de cabeça desenvolvida pelo aliado. Diversas modificações no artefato foram feitas, por indicação do Exército, conhecidas como M1917 e M1918, provocadas pela necessidade de facilitar processos de fabricação e economizar material.

Encerradas as hostilidades, em 11 de novembro de 1918, cerca de oito milhões de combatentes haviam morrido, apesar da proteção dos capacetes de aço, usados então pela maioria dos exércitos. Na Alemanha e Áustria ainda havia em depósito algo entre 300 e 400 mil unidades. O “capacete alemão” tornou-se *souvenir* de guerra muito apreciado entre os vencedores, fossem estes militares ou civis. Os dois exemplares existentes no acervo do Museu Histórico Nacional, pertencentes, aparentemente, às primeiras levas do *Stahlhelm*, provavelmente tiveram essa origem. Como para os Adrian do MHN, existe a possibilidade de que tenham sido *souvenirs* recolhidos pelos militares brasileiros que serviram junto aos franceses. Os exemplares conservados no acervo do Museu Histórico são, certamente, M1916, mas reduzido ao casco. Em um deles também falta um dos rebites perfurados destinados a ventilar o interior do casco.

Resta abordar o capacete adotado pelo Reino Unido, o terceiro principal beligerante. Mais ou menos na mesma época que os franceses, o *War Office* britânico convenceu-se da necessidade de alguma proteção para a cabeça de seus soldados, por igual motivo: a grande incidência de ferimentos na cabeça, boa parte deles letais.<sup>41</sup> Ao Departamento de Invenção foi ordenado que avaliasse o projeto francês, em início de distribuição. Este foi considerado de fabricação muito complicada e, para piorar, o início de 1915 observava certa desorganização na indústria bélica britânica, que apenas começava a se estruturar para atender às demandas das forças militares.

---

<sup>41</sup> Cf. MILLICHOPE, David. “The Mobilization of Halifax Industry”. In: LIDDLE, Peter (ed.). *Britain and the Widening War, 1915-1916: From Gallipoli to the Somme*. Bramsley (R.U.): Penn&Sword, 2016, 366 p., p. 238-239.



Figura 7. Capacete padrão de aço Mark I, 1917. Observar o orifício no centro do domo, destinado ao rebite de fixação da carneira. Acervo National Army Museum (Londres, R.U.). Notação: NAM. 1971-08-15-1. Foto: National Army Museum.

Foi então que entrou em cena o empreendedor lituano radicado na Grã-Bretanha Leopolds Janno Braude (1873-1945), que adotava o nome anglicizado de John Leopold Brodie. Depois de trabalhar, no final dos Oitocentos e início dos Novecentos, na África do Sul, onde fez fortuna na mineração, Brodie se mudou para Londres, onde investiu na indústria química. Conhecido como prolífico inventor, teria ele patenteado, em agosto de 1915, uma invenção denominada “*Tin Hat*” (“Chapéu de Lata”),<sup>42</sup> que apresentou, junto com aproximadamente quarenta concorrentes, para exame pelo Exército Britânico.

Embora existam controvérsias em torno da concepção do “Chapéu de Lata”, o Departamento de Invenção considerou que o desenho de Brodie tinha a grande vantagem de ter o casco formado em uma única peça, estampada de uma chapa de aço carbono, o que lhe dava maior resistência e tornava mais simples sua fatura. Não consta das fontes originais (que são, principalmente, os pedidos de patente para o invento<sup>43</sup>), mas existe grande semelhança entre a invenção de Brodie e o “chapéu de ferro” (em inglês, *kettle hat*; em francês, *chapel-de-fer*), proteção usada por infantas do final da Idade Média, bastante difundida entre os séculos 11 e 17. A patente de Brodie trata principalmente de uma nova solução para a carneira. Apresenta o casco com duas partes bem definidas: uma cúpula abaulada, circundada por uma aba larga. A

---

<sup>42</sup> Sobre a biografia de Brodie, cf.: “Brodie’s ‘Tin Hat’”. *The Buffalo History Gazette*. 1 Nov. 2010. Disponível em: <https://www.buffalohistorygazette.net/2010/11/brodie-hat.html>. Acesso em: 10 Jun. 2022.

<sup>43</sup> Cf. MILLICHOPE, David. “The Mobilization of Halifax Industry...”. Op. cit., p. 238.

cúpula mede cerca de 27 cm de largura e a aba varia de 4 até 5,1 cm. Tal formato facilitava a instalação da carneira e da jugular, fixadas por rebites, ambas em tecido e couro. O peso total era de cerca de 1,5 quilograma. O formato de tigela de sopa do artefato mostrou-se suficiente para proteger a cabeça e os ombros do usuário, tanto contra balins quanto contra estilhaços de granada. Entretanto a aba circular, ao contrário das projeções dianteiras e traseiras do Adrian e do *Stahlhelm*, deixava o pescoço e a nuca do usuário quase totalmente expostos.<sup>44</sup>

A grande vantagem do “Brodie” era mesmo industrial: o maquinário de produzir painéis podia ser usado, quase sem adaptação, na produção de capacetes. O aço carbono podia ser estampado a frio e, em teoria, tornar a peça mais resistente ao impacto.

A carneira do Brodie, considerada um avanço com relação às similares francesa e alemã, era feita de uma rede de cordões de algodão e usava relativamente pouco couro. A rede se encaixava firmemente na cabeça do usuário de modo a distribuir peso e movimento do casco. Era complementada com pequenos pedaços de borracha de formato tubular, distribuídos em sua parte baixa, artifício que criava um espaço entre o casco e o couro cabeludo do usuário, de modo que não lhe alcançava o crânio, e provia circulação de ar razoável.<sup>45</sup> O produto acabado recebeu dos militares a notação “Mark 1A”.

A distribuição começou em agosto de 1915, numa série limitada.<sup>46</sup> As avaliações de campo foram bastante ruins: o casco, ao contrário do que se esperava, mostrou-se pouco resistente a balins e estilhaços; e a pintura esmaltada, em verde ou azul, era reflexiva demais.<sup>47</sup> Os estoques foram recolhidos e as especificações, alteradas.

---

<sup>44</sup> Cf. RIX, Hayley. *The Brodie Helmet: First World War in Focus*. London: National Army Museum, 2015. Disponível em: <https://www1.nam.ac.uk/1904/news/brodie-helmet/#.Yu63eHbMKUkUI>. Acesso em: 15 Jun. 2022; WATANABE, Nathan. “Steel Helmet”. Op. cit., p. 3.

<sup>45</sup> REYNOSA, Mark A. *U.S. Combat Helmets of the 20th Century: Mass Production*. Atglen, PA: Schiffer Publ., 118 p., p. 9.

<sup>46</sup> Cf. SHADRAKE, Dan. “WW1: Combat helmet technology – the Brodie steel helmet”. *E&T – Engineering and Technology*, London, v. 9, nº 6, 2014. Institute of Engineering and Technology (IET). Disponível em: <https://eandt.theiet.org/content/articles/2014/06/ww1-combat-helmet-technology-the-brodie-steel-helmet/>. Acesso em: 15 Jun. 2016.

<sup>47</sup> RIX, Hayley. Op. cit.



Figura 8. Capacete padrão de aço Mark I (circa 1915). Padioleiras britânicas de uma unidade auxiliar na Bélgica usam a versão do Mark I, provavelmente da leva inicial distribuída para testes. Ao fundo, soldados belgas com *kepis*. Acervo National Army Museum (Londres, R.U.). Notação: NAM. 2018-11-24-3-255. Foto: Alfieri Picture Service (domínio público).

Entrou então em cena o engenheiro e industrial Robert A. Hadfield (1858-1940), herdeiro de uma bem-sucedida indústria metalúrgica em Sheffield e notável pesquisador acadêmico no campo. Hadfield sugeriu o uso do *mangalloy*,<sup>48</sup> ou aço-manganês, inventado por ele em 1882. Esse material era conhecido na indústria como “aço Hadfield”, bem mais resistente que o aço carbono adotado para o Mark 1A. O problema foi a mudança no processo de fabricação, visto que o *mangalloy* exigia estampagem mais precisa, ou o resultado seria um produto frágil. A regulagem no processo de fabricação acabou por resultar em mudanças no desenho: o casco teve a cúpula aumentada e a aba diminuída. O produto resultante ainda era barato e mostrou-se de uso mais confortável que o antecessor. O Mark 1B rapidamente teve aumentados os números de produção. Em outubro de 1916, cerca de um milhão de unidades tinham saído das fábricas.

Em 1917, os EUA entraram na guerra. Era urgente a preparação de um exército de um milhão de efetivos para ser enviado à Europa, vindo de um país que, desde a Guerra Civil (1861-1865), não tinha qualquer experiência militar notável. Este optou, então, por se apropriar da experiência de seus aliados franceses e britânicos. A indústria estadunidense já vinha sendo adaptada para fornecer armas, equipamentos e suprimentos para as duas potências europeias, e abastecer o novo exército foi questão de acelerar as máquinas. Os militares estadunidenses também não dispunham de capacetes, de modo que exemplares franceses e britânicos foram examinados – a opção pelo Brodie, em meados de 1917, aconteceu apenas porque havia perto

---

<sup>48</sup> Cf. SHADRAGE, Dan. “WW1: Combat helmet technology...”. Op. cit.

de 400 mil unidades para entrega imediata na Grã-Bretanha.<sup>49</sup> Algumas pequenas alterações foram introduzidas na liga de aço, que ficou mais resistente.

O produto local foi referenciado pelo Departamento de Guerra como Capacete Modelo 1917, ou M-1917. A indústria dos EUA não apenas foi plenamente capaz de incorporar os processos originados no parque industrial britânico, como os aperfeiçoou. Enquanto na Grã-Bretanha os Brodie MK1B eram produzidos quase exclusivamente na região de Sheffield, coordenada pelo Comitê de Sheffield para Munições de Guerra, nos EUA diversas empresas, por todo o país, forneciam materiais, partes e componentes para os M-1917. Estes eram então encaminhados à filial da empresa Ford Motor Company, em Philadelphia, Pensilvânia,<sup>50</sup> que os montava, pintava e despachava para os depósitos do Exército. Em setembro de 1918, quando foi ordenado o último lote, estavam encomendadas 7 milhões de unidades. Em novembro de 1918, a produção foi suspensa por ordem do governo, e pouco mais de 2,7 milhões de unidades tinham sido entregues.

## V

Os três modelos de capacetes de combate brevemente descritos marcariam pelo menos os cinquenta anos seguintes ao Tratado de Versalhes. Variações do Adrian, do *Stahlhelm* e do Brodie surgiriam, pouco antes da Segunda Guerra Mundial, no sentido de lhes melhorar a eficácia e facilitar a produção. O M15 foi substituído por uma versão aperfeiçoada, o *Modèle 1926*, ou M26, que também viria a ser usado pelas forças armadas da Bélgica; o *Stahlhelm* M1916 ressurgiu na versão M1935, que se tornou quase um sinônimo de “soldado nazista”; o Brodie MK1B ressurgiu na versão MK2, nos anos 1930. Com a possível exceção do M35 alemão, os desenhos herdados da Grande Guerra mostraram-se ultrapassados durante a Segunda Guerra. Nela também surgiu o M-1, o icônico capacete que, em 1941, ainda estava em testes pelo Exército dos EUA, e sobreviveria à Segunda Guerra Mundial,<sup>51</sup> tal como o ultraprático capacete soviético, o SSh-40 (de *stl'noy shlem* – capacete de aço), introduzido em 1939.

Pouco depois de vencerem a Segunda Guerra Mundial, essas nações, durante a Guerra Fria, tornaram-se líderes de amplas alianças políticas e militares. As antigas potências, Grã-Bretanha e França, ainda tentaram manter algo da grandeza nacional perdida, como ostentar um

---

<sup>49</sup> REYNOSA, Mark A. *U.S. Combat Helmets...* Op. cit., p. 9.

<sup>50</sup> Id., p. 10.

<sup>51</sup> O capacete M-1 começou a ser projetado em janeiro de 1941, por ordem do Departamento de Equipamento Bélico do Exército dos EUA. A produção começou em junho de 1941 e alcançou níveis considerados satisfatórios nos primeiros meses de 1942, já com os EUA em guerra. Sobre o tema, cf.: REYNOSA, Mark A. *U.S. Combat Helmets...* Op. cit., p. 9-18.

capacete de origem local. Mas são raros exemplos: a maior parte dos países da OTAN adotou, durante a Guerra Fria, uma versão produzida localmente do M-1. Com o SSh-40 ocorreu mais ou menos o mesmo: tornou-se equipamento padrão das forças do Pacto de Varsóvia, contraparte soviética da aliança ocidental.

Mas, e o Brasil? O advento da Primeira Guerra Mundial encontrou o país militarmente despreparado no mais básico. Vez por outra, problemas internos ou externos faziam com que o país corresse à Europa procurando adquirir equipamento um pouco mais atualizado. Exemplo paradigmático é a aquisição do fuzil (ou “mosquetão”, como se diz por aqui) Mauser FO1908 (“FO” é sigla de “fuzil ordinário”). Essa arma longa é versão do onipresente fuzil alemão M1898, produzida num calibre específico, e visou uniformizar o armamento padrão do Exército e das forças auxiliares. Apenas a primeira encomenda chegou a 400 mil unidades, e ainda aconteceram outras.<sup>52</sup> O “banho de loja” era estendido pelo fato de que, após a proclamação da República, os acordos políticos entre as elites, realizados após o período de “quase guerra civil”, aprofundaram a federalização, permitindo que os estados equipassem suas polícias militares quase como se fossem pequenos exércitos, até 1917 com pouca interferência do governo federal. Assim, em 1932, o “exército” com o qual São Paulo enfrentou “a tirania instalada no Rio de Janeiro” tinha como base a Força Pública do Estado de São Paulo.

Mas o que usava o Exército Brasileiro por volta de 1914? Essa pergunta exige o estudo dos uniformes da corporação – o que não é objetivo deste texto. Mas vale apontar que, no final do século 19, o fardamento distribuído à tropa era calcado no francês – inclusive eram adotadas versões locais do *kepi* e uma vibrante calça vermelha.

Embora não exista, até onde pude levantar, estudo crítico sobre fardamento militar brasileiro, não são incomuns os “estudos” que reproduzem a evolução dessa indumentária desde o período colonial. Um dos mais completos é o de Gustavo Barroso, realizado junto com o artista plástico José Washt Rodrigues.<sup>53</sup> A descrição que Barroso faz do Exército é exaustiva (e cansativa...), mas deve-se levar em conta que escrevia nas primeiras décadas do século passado, e sobre um tema em que se considerava *expert*. Factual e bastante minucioso, o estudo deixa notar, nas pranchas relativas ao período republicano, a influência europeia sobre a vestimenta

---

<sup>52</sup> Sobre o “Mauser brasileiro”, cf.: ARMAS ON-LINE. “Fuzil Mauser no Brasil e as espingardas da fábrica de Itajubá (Rev. 2)”. Disponível em: <https://armasonline.org/armas-on-line/as-espigardas-da-fabrica-de-itajuba/>. Acesso em: 16 Jun. 2022.

<sup>53</sup> Para o interessado no assunto, como introdução, cf.: BARROSO, Gustavo et al. *Uniformes do Exército Brasileiro: obra comemorativa do centenário da Independência do Brasil*. Rio de Janeiro: H. Paris, 1922. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_iconografia/icon53157/icon53157.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon53157/icon53157.pdf). Acesso em: 16 Jun. 2022. O Arquivo do Museu Histórico Nacional tem, em seu acervo, os desenhos originais.

militar, classificada, com mal disfarçada implicância, como “malfeita”.<sup>54</sup> Algumas das pranchas<sup>55</sup> apresentam soldados utilizando um tipo de cobertura semelhante a um capacete. É, e não é: trata-se de uma cobertura da natureza do *pickelhaube* alemão, misturada com o “capacete colonial” (*pith helmet*, também *safari helmet*, *salacot*, *sun helmet*), introduzida aqui a partir de 1903.

Essa peça surgiu no século 19, usada por tropas coloniais britânicas, francesas, espanholas e de outros países europeus em ambientes tropicais.<sup>56</sup> Era feita de fibras vegetais como a cortiça (“*pith*” é nome genérico de plantas aquáticas originárias da Índia), tratadas e prensadas até ficarem rígidas, embora leves. Em seguida eram forradas com pano tratado para repelir água. Não tinha nenhuma função de proteção, nem mesmo de pedras jogadas por um inimigo mais desesperado: sua função era cobrir a cabeça de soldados europeus contra o sol inclemente das colônias.

O Exército Brasileiro sofria, desde sempre, influência das potências militares da época. Basta citar o exemplo do intenso debate em torno do “serviço militar obrigatório”, a doutrina da “nação em armas”, que chegou até aqui logo após a acachapante vitória do reino da Prússia (então líder da Confederação Germânica do Norte) sobre o Império Francês em 1871. A questão começou a ser discutida logo após a guerra, mas levou quatro décadas até que surgisse uma lei que “pegasse”. Esse exemplo pontua como a modernização militar era questão candente, mas, por vezes, imaginária: o problema do arcaísmo das forças militares era serem forças militares de uma nação arcaica. Mudar os uniformes não mudaria o exército. Daí se torna interessante a implicância de Barroso, que via os uniformes não exatamente como “equipamento”, mas suporte de tradições.

Depois da Primeira Guerra Mundial, os uniformes, bem como o equipamento do Exército Brasileiro, começaram a sofrer algumas mudanças, produzidas pelo contato de oficiais brasileiros com os combates. Essas influências foram sentidas por Barroso, que toca no assunto ao final de seu livro sobre uniformes. Escreve ele:

Durante a guerra europeia, nossos oficiais, em comissão no estrangeiro, usaram, por tolerância, calções e blusa de flanela cáqui, tendo esta a gola deitada, à inglesa, com gravata. A influência da guerra (...) não ficou somente nisso. Dela decorreu o uniforme dos

---

<sup>54</sup> BARROSO, Gustavo et al. *Uniformes do Exército Brasileiro...* Op. cit., p. 71.

<sup>55</sup> *Ibid.*, p. 179-184.

<sup>56</sup> Para maiores informações sobre esse tipo de cobertura, cf.: “What is a Pith Helmet?”. *Helmets guide*. Disponível em: <https://helmetsguide.com/what-is-a-pith-helmet/>. Acesso em: 16 Jun. 2022.

nossos aviadores e soldados dos *tanks*, assim como os suspensórios para os oficiais em campanha e o talabarte em serviço ou passeio, segundo a estampa 207.<sup>57</sup>



Figura 9. Uniformes do Exército Brasileiro (circa 1921). Uniformes em estilo francês, adotados logo após a Grande Guerra. Observar a silhueta de um tanque Renault FT, ao fundo, à direita. Acervo Museu Histórico Nacional. Foto: José Bittencourt.

Pouco depois dos entendimentos de Versalhes, houve o contrato da Missão Militar Francesa (MMF). Os franceses buscavam se aproximar do Exército Brasileiro (e da América Latina) desde o final dos Oitocentos e, em 1910, em nome da “latinidade” (que em tudo os beneficiava), resolveram permitir que oficiais estrangeiros cursassem escolas militares francesas – em particular os da América Latina. A guerra interrompeu o processo, mas pouco depois de Versalhes, o “entusiasta da França” Epitácio Pessoa, desde 1919 presidente da República, bate o martelo: em 8 de setembro de 1919 assina-se o contrato que trará ao país uma “Missão Militar Francesa” para reestruturar o Exército Brasileiro. Esta deveria atualizar a corporação de cabo a rabo: organização, doutrinas, formação e treinamento, equipamento (de preferência francês). Os oficiais franceses enviados ao Brasil eram operadores da doutrina,

<sup>57</sup> Cf. BARROSO, Gustavo, et al. *Uniformes do Exército Brasileiro...* Op. cit., cap. 8, p. 72; ver também estampa 207.

estratégia e táticas vitoriosas nos campos europeus. Seu chefe era o general de brigada Maurice Gustave Gamelin (1872-1958), importante teórico e comandante militar na Grande Guerra. A missão ficaria no país por cerca de vinte anos.<sup>58</sup>

A MMF exerceu forte influência sobre o Exército Brasileiro, sobretudo no que diz respeito à doutrina, organização e formação. Mas qualquer modernização esbarraria em obstáculos difíceis de serem transpostos: os renitentes problemas econômicos e a falta de uma base industrial –necessária para estacar um exército que se pretendesse “moderno”. E tal obstáculo recaía tanto sobre o armamento – quase inteiramente procedente do exterior – quanto sobre o equipamento disponibilizado à tropa. Tal situação nunca foi novidade: no relatório sobre manobras realizadas pela corporação em 1905, o ministro da Guerra, marechal Hermes da Fonseca (1855-1923), destacou que “a má qualidade dos artigos nacionais colocava a defesa da nação em xeque. As botas novas distribuídas antes da marcha eram tão ruins que a maioria dos soldados chegou descalça a Santa Cruz”.<sup>59</sup>

A MMF pretendia que os ensinamentos franceses servissem de base para a aquisição, na França, de equipamento atualizado. Assim, se pode imaginar que tenha proposto o uso de capacetes de aço pelas tropas brasileiras, possivelmente os Adrian. Mas não se encontram referências em artigos técnicos ou científicos com relação a qualquer discussão, no Exército Brasileiro, sobre a introdução de capacetes de aço como equipamento padrão até a Segunda Guerra Mundial, quando o núcleo do que seria a Força Expedicionária Brasileira recebeu, por volta de 1943, ainda no Brasil, o M-1 estadunidense.

O que nos leva ao “Brodie” do Museu Histórico Nacional. Em 1905 o presidente do estado de São Paulo contratou uma Missão Militar na França para profissionalizar a Força Pública do Estado de São Paulo. A “MMF paulista” teve uma interrupção em 1914, quando seus integrantes regressaram à França, em função da Grande Guerra. Teriam retornado os franceses a São Paulo em 1921, já no âmbito da MMF nacional.<sup>60</sup> Em 1932, quando da abertura de hostilidades entre o estado de São Paulo e o resto do país, por ocasião da Revolução

---

<sup>58</sup> A MMF permaneceu no Brasil até 1940, tendo sido o contrato renovado em 1927 e 1932 e reformulado pontualmente diversas vezes. Os franceses formularam uma doutrina adaptada da francesa durante o trabalho nas diversas escolas do Exército, particularmente nas de capacitação. Sobre o tema, cf. GUERRA, João Paulo Diniz (Maj. Inf.). *100 anos da Missão Militar Francesa no Brasil e sua contribuição para a evolução da doutrina militar terrestre brasileira*. Rio de Janeiro: Exército Brasileiro/Escola de Comando e Estado-maior do Exército, 2019, 46 p., p. 32; 36.

<sup>59</sup> Hermes da Fonseca apud GOLDONI, Luiz Rogério Franco. “Vocação modernizadora do Exército brasileiro”. *Revista da Escola Superior de Guerra*, v. 28, n. 56, Jan./Jun. 2013, p. 149. Disponível em: <https://revista.esg.br/index.php/revistadaesg/article/view/219/195>. Acesso em: 17 Jun 2022.

<sup>60</sup> Cf. LINHARES, Sandra Helena. “A Missão Militar Francesa na Força Pública de São Paulo: inovações institucionais e a capacitação profissional implementada ao efetivo policial-militar”. *Revista do Exército Brasileiro*, v. 155, nº 2, p. 52-60, 2019, p. 59.

Constitucionalista, a MMF tentou ficar neutra, mas sem muito sucesso. O então comandante da Missão, general de divisão Charles Huntziger (1880-1941), não apenas postergou a solicitação de aquisição de armas pelo governo federal como não conseguiu impedir que alguns oficiais franceses ligados à missão militar junto à Força Pública estadual continuassem assessorando os paulistas.



Figura 10. Cópia paulista do capacete padrão MK1A britânico. Trata-se, provavelmente, de um dos exemplares feitos pela indústria paulista em 1932. Acervo Museu Histórico Nacional. Foto: Juarez Guerra/MHN, 2022.

É possível que a adoção de capacetes de aço pelas forças paulistas tenha relação com a presença em São Paulo de assessores franceses. O fato é que os paulistas, durante a preparação para o esforço de guerra, levantaram as indústrias existentes no estado capazes de produzir material bélico, ainda que improvisado. Dentre os artefatos relacionados como passíveis de serem obtidos localmente, encontravam-se os capacetes de aço. Os capacetes paulistas foram produzidos com base em exemplares oriundos de uma coleção particular de *militaria* – um Adrian e um Brodie. O projeto e os moldes foram feitos na Escola Politécnica de São Paulo, e a Associação Comercial de São Paulo encarregou um “Departamento de Capacetes de Aço” de

os encaminhar a algumas indústrias metalúrgicas, que produziam artigos domésticos (panelas, pratos e talheres) e móveis de aço. A produção começou no final de julho de 1932. Os cascos eram entregues sem acabamento, e o tal “departamento” os encaminhava para pintura (em verde oliva) e montagem de carneira e jugular, estas fabricadas em indústrias de artefatos de couro. O capacete era fornecido com uma cobertura de tecido, cuja finalidade era a mesma daquela dos capacetes europeus.<sup>61</sup> A solicitação feita foi de 70 mil unidades.

Interessante é o surgimento de um terceiro modelo, dito “modelo paulista”, adaptação do Adrian. Neste, as peças separadas exigiam, durante a montagem, operações adicionais de prensagem, rebitagem e soldagem, que dificultavam e encareciam a produção. O “modelo paulista” era estampado em uma única peça com uma protuberância no topo do casco, na qual havia quatro furos destinados à ventilação. Era estampado em uma única peça e a borda era dobrada, originando uma “virola”, para dar-lhe maior espessura.<sup>62</sup> Já o Brodie paulista era, em tudo, semelhante ao original.

Não existem registros sobre se as 70 mil unidades citadas foram de fato produzidas. Após os exíguos três meses que durou a “guerra paulista”, o governo federal tomou os artefatos encontrados em depósito, em São Paulo, bem como o ferramental em que eram fabricados. Esse ferramental foi instalado na Fábrica de Projéteis de Artilharia do Andaraí, instalação do Exército situada no Rio de Janeiro. Assim, a partir de 1934, as tropas brasileiras receberam um capacete de aço de fabricação nacional. Não são incomuns as fotografias que mostram tropas equipadas com os capacetes paulistas, alguns possivelmente fabricados no bucólico bairro carioca do Andaraí.

---

<sup>61</sup> Cf. OLIVEIRA, Clóvis. *A indústria e o Movimento Constitucionalista de 1932*. São Paulo: FIESP, 1956, 332 p., p. 51-59; Prefeitura Municipal de São Carlos; Fundação Pró-memória de São Carlos. *A Guerra Civil de 1932*. São Carlos: Fundação Pró-Memória de São Carlos; Museu de São Carlos, 2015. Catálogo da exposição de média duração, ocorrida entre maio de 2015 e julho de 2016. 76 p.

<sup>62</sup> RIGHI, Sérgio. “As origens do capacete de aço no Movimento Constitucionalista de 1932”. *Última Trincheira*, Jun. 2009. Disponível em: [http://ultimatrincheira.com.br/capacete\\_de\\_aco.htm](http://ultimatrincheira.com.br/capacete_de_aco.htm). Acesso em: 17 Jun. 2022.



Figura 11. Trincheira paulista nos arredores de Amparo, SP. Em primeiro plano, um “Adrian paulista” com a jugular em posição de descanso; em segundo plano, uma cópia paulista do MK1A. Acervo Tudo por São Paulo (<https://www.facebook.com/tudoporsaopaulo/>). Foto: Autor desconhecido (domínio público).

## VI

Ao longo do final dos anos 1940, o Brasil foi substituindo os capacetes “paulistas”, padronizando os M-1 usados pela FEB. A presença de um Brodie no acervo do MHN permite levantar duas hipóteses: o diretor do Museu Histórico Nacional pretendia (1) incorporar a peça como forma de completar a série de objetos relativos à Grande Guerra no acervo do Museu; (2) mostrar, através da incorporação do artefato, uma relíquia relativa a um evento militar de grandes proporções em território brasileiro, o que reforçaria a interpretação em torno do papel do Exército como fiador da unidade e da ordem nacionais. Não haveria, então, qualquer ligação histórica entre os três itens (de fato são seis, que podem ser considerados subséries dentro de uma série: três Adrian, dois *Stahlhelme* e um Brodie), embora os mesmos possam ser considerados uma série documental ligada ao desenvolvimento da guerra moderna (o museu também possui, em seu acervo, um exemplar do M-1, cuja origem é mais precisamente traçada). Os itens estão incompletos, pois faltam-lhes carneiras e jugulares.

Todas as três hipóteses levantadas, ao longo deste estudo, em torno da origem dos capacetes do acervo do Museu Histórico Nacional não se sustentam em documentos de incorporação, visto que estes não existem ou não foram localizados. A única pesquisa disponível foi feita nos anos 1990 por um especialista que então integrava os quadros da instituição, e juntou-lhes dados técnicos de esclarecimento. O que se pode estabelecer com alguma (não toda) segurança é que dois artefatos (o Adrian e o *Stahlhelm*) estavam na posse de Barroso após sua participação na delegação brasileira a Versalhes, e este os encaminhou, em 1922, ao museu depois de sua nomeação para a direção, durante a Exposição Comemorativa do Centenário. Tal hipótese, se confirmada, os colocaria no acervo originário da instituição, dado de não pequena importância. E mais ainda: dentre os poucos itens que remetem diretamente à participação brasileira naquela desastrosa conferência de paz e, por conseguinte, às origens da Segunda Guerra Mundial.